



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

83
0

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

CARTA TESTEMUNHÁVEL Nº 0193284-7

080

COMARCA: RECIFE – PE

REQUERENTE: LUCIANO SILVA DE SOUZA

REQUERIDO: O JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA PRIVATIVA DO JÚRI

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. VARA DO JÚRI. CARTA TESTEMUNHÁVEL. RÉU PRONUNCIADO. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO QUE TEVE NEGADO O SEGUIMENTO. ADVOGADA SEM INSTRUMENTO DE MANDATO. FALTA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA. RETRATAÇÃO DO JUIZ. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DA CARTA TESTEMUNHÁVEL ARGUIDA PELA PROCURADORIA DE JUSTIÇA ACOLHIDA. RECURSO NÃO CONHECIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- 1 . Conforme estabelece o art. 639, do Código de Processo Penal, a carta testemunhável será cabível contra decisão que denegue ou impeça o seguimento do recurso em sentido estrito para o juízo *ad quem*.

2. Interposição de recurso contra decisão que denega ou obsta seguimento deste ao Tribunal deve vir acompanhado do instrumento de mandato outorgado pelo réu, que não será conhecido se faltar capacidade postulatória quando interposto sem mandato.

081

3. Preliminar de não conhecimento de recurso acolhido porquanto inexiste nos autos o mandato necessário à comprovação da capacidade postulatória do requerente.

84

90

ACÓRDÃO

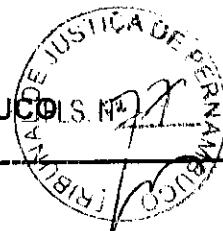
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Carta Testemunhável nº 0193284-7 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, pelo não conhecimento da Carta Testemunhável, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife 03 de fevereiro de 2010.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

CARTA TESTEMUNHÁVEL: Nº 193284-7

COMARCA: RECIFE - PE

082

RECORRENTE: LUCIANO SILVA DE SOUZA

RECORRIDO: juiz de Direito da 2ª Vara privativa do júri.

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de Carta Testemunhável interposta por Luciano Silva de Souza contra a decisão que não recebeu o recurso em sentido estrito em face da decisão de pronúncia proferida nos autos da ação penal nº 001.2005.125024-2 em trâmite perante a 2ª Vara Privativa do júri da comarca da Capital.

Noticiam os autos que o acusado Luciano Silva de Souza foi pronunciado nas sanções do art. 121, § 2º I e IV, do Código Penal, devendo ser submetido a júri popular. No entanto, alega, que nessa fase cabe decisão interlocutória de natureza mista não terminativa que tanto poderia resultar na pronúncia, impronúncia ou na absolvição sumária do recorrente.

Esclarece, que a decisão de pronúncia ensejou a interposição do presente recurso, portanto, restou evidenciada a suspeição do juiz *a quo* já que nessa fase não se poderia falar em prolatação da decisão de pronúncia.

Informa, o recorrente, que constam dos autos principais a procuração outorgada a causídica, as alegações finais e o recurso em sentido estrito. Ao final, pugna que a presente Carta Testemunhal seja provida e determinada o réquerido.

A douta procuradora de justiça Maria Helena da Fonte, em preliminar, diz que a Carta Testemunhável serve para coibir atos arbitrários praticados na instância inferior que impede ou dificulta os recursos e seus seguimentos para a instância superior.

Entende, que não poderia a testemunhante voltar a representar o acusado sem o respectivo mandato. Seria o mesmo que admitir a coexistência de duas alegações finais ofertadas por advogados diferentes em favor de um mesmo acusado. Opina pelo não conhecimento da Carta Testemunhável.

083

E, mérito, diz que ao caso dos autos não se aplica o preceito segundo o qual o Tribunal, Câmara ou Turma a que competir o julgamento da carta, se desta tornar conhecimento, se o recurso, ou, se estiver suficientemente instruída, mandará processar o recurso e decidirá o mérito. No caso, as partes e o objeto são idênticos ao da exceção de suspeição nº 0188409-1. Opina pelo não conhecimento do pedido por integrar a exceção da competência referida.

É O RELATÓRIO.

Inclua-se o feito em pauta para julgamento.

Recife, 09 de dezembro de 2009.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

85

0

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO: Nº 193284-7

CARTA TESTEMUNHÁVEL

AUTOR: LUCIANO SILVA DE SOUZA

084

RÉU: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de Carta Testemunhável oferecida pela Bela. Maria José do Amaral contra a decisão do Juízo da 2ª Vara Privativa do Júri da Comarca da Capital, que não recebeu o recurso em sentido estrito, às fls. 13/17, tendo em vista a mesma não ter juntado o mandato de procuração, nos autos originários de nº 001.2005.125024-2, o qual tem como acusado Luciano Silva de Souza.

Em suas razões, sucintamente, a testemunhante alegou que o Recurso em Sentido Estrito não foi recebido sobre alegação de ausência de instrumento procuratório dando poderes para que a testemunhante pudesse atuar como defensora do acusado. O que na verdade não ocorreu, pois desde do começo do processo ela funciona como advogada constituída pelo acusado, com procuração nos autos.

Requer, assim, que seja dado provimento ao recurso, para que, reformada a decisão que não recebeu o Recurso em Sentido Estrito, seja determinado o seu devido processamento e a subida do mesmo a este egrégio Tribunal de Justiça.

pmbm

No juízo de retratação, o MM. Juiz manteve a decisão recorrida (fls. 21 a 22), alegando que a advogada ora testemunhante quando interpôs o recurso em sentido estrito agiu de modo próprio, sem autorização, ou seja, instrumento procuratório outorgado pelo acusado.

085

Além do mais, aduziu o magistrado que o acusado aborrecido com a ausência de sua representante, nos autos da ação penal originária manifestou interesse em constituir novo advogado, como não tinha condição de nomear defensor requereu que lhe fosse nomeado defensor público para dar continuidade a ação penal. O que foi feito imediatamente com intuito de assegurar ao acusado o princípio da ampla defesa e do contraditório, tendo em vista que a testemunhante tinha deixado de comparecer a várias audiências durante a instrução criminal. Todavia, após tal procedimento a advogada voltou a defender os interesses do acusado, porém sem a devida procuração. Tendo, em concorrência com a defensoria pública oferecido as alegações finais e, em seguida, interposto recurso em sentido estrito da decisão de pronúncia, o que foi novamente indeferido por não constar procuração.

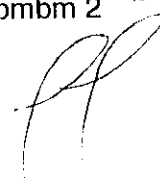
A Douta Procuradoria de Justiça nas fls. 71 a 74, opinou, preliminarmente, pelo não conhecimento da carta testemunhável interposta, por falta de capacidade postulatória da testemunhante e, no mérito, que seja julgado prejudicado por trata-se de pedido que integra a exceção de Suspeição.

De início, aprecio a preliminar argüida pela Douta Procuradoria de Justiça, Dra. Maria Helena da Fonte.

Alega a Procuradora de Justiça a ausência da capacidade postulatória da testemunhante, no presente recurso, uma vez que não foi juntado o instrumento de procuração outorgado pelo acusado, devendo assim, não ser conhecido.

Analisando os autos, verifica-se que apesar da testemunhante inicialmente ter funcionado como advogada constituída pelo acusado, após a audiência de interrogatório deixou de comparecer aos atos processuais. O acusado aborrecido com tal situação solicitou ao Juízo *a quo* a nomeação de um novo defensor. O que foi imediatamente feito, ante o princípio da ampla defesa e do contraditório. Todavia, após esse procedimento a advogada voltou a defender os interesses do acusado, porém

pmbm 2



sem novo mandato. Ao receber o recurso em sentido estrito pela mesma advogada o magistrado indeferiu o pedido alegando ausência de instrumento procuratório para tal ato. Insatisfeita interpôs a presente carta testemunhável.

086 87

Como se vê, não poderia advogada ora testemunhante voltar a representar o acusado sem a respectiva procuração, uma vez que o recurso interposto sem mandato é inexistente e não pode ser conhecido, afinal, a capacidade postulatória é pressuposto processual de existência.

Sendo assim, por todo o exposto, tem-se que não merece conhecimento o recurso da Carta Testemunhável interposto, tendo em vista a ausência do instrumento procuratório.

Ante o exposto, meu voto é no sentido de acolher a preliminar arguida pela Douta Procuradoria de Justiça, pelo não conhecimento da Carta Testemunhável diante da falta de capacidade postulatória, determinando-se o arquivamento dos autos.

É COMO VOTO.

